jornalodebate@jornalodebate.com.br
redacao@jornalodebate.com.br

O Debate
do Maranhão

Um jornal que tem história.
Novo Email: redacao@jornalodebate.com.br

Ano 40 - Edição 13.091 | 27 de Junho de 2024 - Quinta - Feira - São Luís - MA | R$ 2,00

Extratos bancários terão nomes padronizados a partir de 8 de julho

Inicialmente, medida abrange operações de depósito e saques.

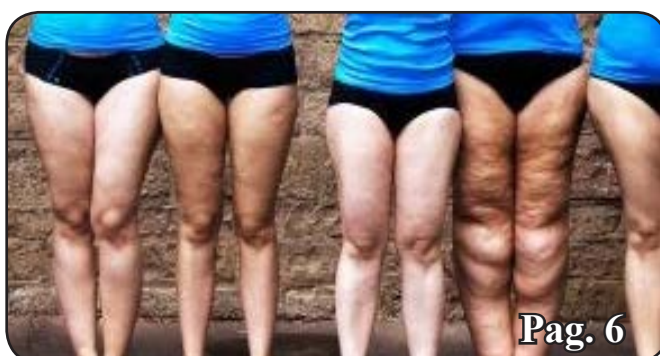
Pag. 5

Lula descarta desvinculação de aposentadoria do salário mínimo

Pag. 8

Quantidade de maconha vai diferenciar uso pessoal e tráfico

Pag. 5

Associação Brasileira de Cirurgia Plástica realiza evento em São Luís (MA) para conscientizar sobre o lipedema e oferecer mais qualidade de vida

Pag. 6

Governo Federal apresenta novos modelos de ônibus escolares

Pag. 2

Para Lula, Milei deve pedir desculpas ao Brasil

Pag. 3

LOTERIAS	COTAÇÕES	TEMPO	MARÉS
01 02 03 04 06 07 17 18 19 20 21 22 23 24 25	Dólar - R$ 5,50 Dólar turismo - R$ 5,533 Euro - R$ 5,89 Euro turismo - R$ 5,79	28°C	5:46 - 18:02 0:15 - 5,7 m 6:41 - 0,7 m 12:49 - 5,6 m

O cataclismo do Rio Grande do Sul na convulsão de um planeta febril

João Gianesi Netto*

A catástrofe climática que assolou o território gaúcho, talvez a mais grave do Brasil em todos os tempos, se considerarmos as vidas perdidas, as pessoas feridas, o grande número de cidades submersas e os prejuízos materiais e econômicos, não deixa dúvidas quanto às reais consequências das mudanças climáticas. Em 2023, já havíamos sentido seus efeitos nos temporais incomuns que atingiram o Litoral Norte de São Paulo, provocando mortes e grandes estragos.

Prevenir enchentes de grandes proporções, com obras de engenharia para desviar cursos de água, como se aventa agora com a possibilidade de um canal para dar vazão à Lagoa dos Patos, é pertinente e necessário, mas não é uma solução plena para as ameaças da natureza, que sempre encontra caminhos e formas de reagir às agressões do setor humano. Conter o aquecimento global é a medida decisiva para evitar a repetição de episódios de grandes proporções, como inundações, secas prolongadas, como na Região Norte do Brasil, no Amazonas, deslizamentos de encostas em áreas montanhosas, derretimento de geleiras, como já está acontecendo, e maior incidência de tufões, dentre outras ocorrências. A Terra, febril, terá cada vez mais convulsões se não tratarmos dela.

Todos precisam fazer sua parte nessa missão fundamental da humanidade. Uma das frentes mais importantes nesse processo diz respeito à gestão adequada dos resíduos sólidos, que são fontes menores de emissão de gases de efeito estufa. Infelizmente, o Brasil está atrasado nesse objetivo, apesar das boas leis já editadas para pôr fim ao problema. O Censo de 2022 do IBGE revelou que 18,4 milhões de pessoas residem em áreas sem serviços de coleta de lixo, tendo de queimá-lo, despejá-lo em terrenos baldios e locais públicos ou enterrá-lo nos próprios imóveis e, portanto, dispondo inadequadamente os resíduos sólidos.

É uma ameaça à saúde. Em várias cidades, os resíduos sólidos, geridos de modo equivocado, representam 10% das emissões de carbono. Os municípios nos quais esses problemas ocorrem, somando-se às causas das mudanças climáticas, são aqueles nos quais persistem os lixões, depósitos a céu aberto, disseminadores de doenças, como a dengue, cuja epidemia é grave este ano, contaminadores do solo e mananciais hídricos, caldos de cultura para a proliferação de mosquitos e roedores, fontes de odores e causa de muito desconforto humano.

Somando as localidades sem coleta, apontadas pelo IBGE, com as cidades nas quais os resíduos recolhidos vão para lixões ou os chamados aterros controlados, também inadequados, o número de brasileiros expostos à ameaça ambiental atrelada à gestão equivocada dos resíduos urbanos passa de 70 milhões de habitantes, conforme é possível aquilatar por meio do cruzamento de dados de entidades do setor.

O Rio Grande do Sul, ironicamente, é um dos estados nos quais a gestão dos resíduos sólidos é mais avançada. Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SINIS), vinculado ao Ministério das Cidades, 92% dos habitantes urbanos são atendidos pela coleta. Porém, dentre os moradores da zona rural, são apenas 48,38%, e ainda há alguns poucos lixões. É preciso universalizar o recolhimento, tratamento e a destinação ecologicamente correta em todo o Brasil.

Cabe aqui abrir parênteses para destacar a providência emergencial bem-sucedida adotada pela prefeitura de Porto Alegre por ocasião das enchentes: criação de bolsões de resíduos para separações em áreas temporárias, evitando contaminações, alastramento de doenças e acidentes provocados pelos materiais arrastados pelas águas.

Os meios para atendermos no Brasil à meta de universalizar a coleta, tratamento e destinação correta dos resíduos sólidos encontram-se no Novo Marco do Saneamento (Lei 14.026/2020), que instituiu melhores condições para a gestão correta do lixo, ao estabelecer livre licitação para a prestação adequada dos serviços, com estímulo a investimentos privados e criação de empregos. Trata-se do complemento legal perfeito para que se cumpra a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), 14 anos após a promulgação dessa lei (nº 12.305, de 2 de agosto de 2010), que havia determinado a extinção dos lixões até 2014.

No entanto, ocorreu imensa romaria de prefeitos ao Congresso Nacional, pedindo a postergação das medidas e do cumprimento da legislação. Tiveram sucesso nessa reivindicação nociva ao planeta. Os prazos estabelecidos pelo Novo Marco do Saneamento também passaram a ser descumpridos. Ainda existem cerca de três mil lixões no País e numerosos locais sem coleta de resíduos sólidos.

Obviamente, esse problema não é o grande responsável pelo aquecimento global, mas se soma a outros fatores muito fortes, como a destruição de florestas, a queima de combustíveis fósseis, exploração descontrolada de recursos minerais e práticas produtivas não sustentáveis e desprovidas de cuidados ambientais. Porém, precisa ser solucionado, assim como todas as demais causas, no contexto do grande e vital desafio da humanidade referente à agenda do clima.

*João Gianesi Netto é o presidente do instituto Valoriza Resíduos by ablp.

Novo Ensino Médio mudará rotina da comunidade escolar

A aprovação da reforma do ensino médio pela Comissão da Educação do Senado representa mais um passo para mudanças bastante significativas não apenas na rotina de profissionais da educação e de alunos, mas também para as famílias desses estudantes e para as comunidades. Para que seja de fato implementado e garanta a qualidade e equidade na educação, será necessário o empenho e articulação dos entes federados, assim como da comunidade escolar e de universidades, visando a formação de professores para o novo currículo.

Como o texto aprovado do PL 5.230/23 na comissão é um substitutivo, ele terá de retornar à Câmara dos Deputados. O texto aprovado prevê a ampliação da carga horária mínima total destinada à formação geral básica (FGB), das atuais 1,8 mil horas para 2,4 mil. A carga horária mínima anual do ensino médio passa de 800 para 1 mil horas distribuídas em 200 dias letivos.

Há a possibilidade de essa carga ser ampliada progressivamente para 1,4 mil horas, desde que levando em conta prazos e metas estabelecidos no Plano Nacional de Educação (PNE), respeitando uma distribuição que seja de 70% para formação geral básica e 30% para os itinerários formativos – disciplinas, projetos, oficinas e núcleos de estudo a serem escolhidos pelos estudantes nos três anos da etapa final da educação básica.

Segundo o substitutivo aprovado, da relatora do PL no Senado, Dorinha Seabra (União-TO), a partir de 2029, as cargas horárias totais de cursos de ensino médio com ênfase em formação técnica e profissional serão ampliadas, de 3 mil horas para 3,2 mil; 3,4 mil; e 3,6 mil quando se ofertarem, respectivamente, cursos técnicos com carga específica de 800 horas, 1 mil horas e 1,2 mil horas.

Língua espanhola

Entre os destaques apresentados pela parlamentar no relatório figura a inclusão da língua espanhola como componente curricular obrigatório, além do inglês. Outros idiomas poderão ser ofertados em localidades com influências de países cujas línguas oficiais sejam outras, de acordo com a comunidade escolar (professores, técnicos administrativos, estudantes e pais ou responsáveis).

A ampliação da carga horária e a inclusão da língua espanhola entre as disciplinas a serem ministradas são pontos positivos da reforma, segundo a professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) Catarina de Almeida Santos. Ela chama atenção para alguns problemas que podem decorrer da forma como serão implementadas. Edição: Valéria Aguiar/Agência Brasil

Quantidade de maconha vai diferenciar uso pessoal e tráfico

Após decidir descriminalizar o porte de maconha para uso pessoal, o Supremo Tribunal Federal (STF) retoma o julgamento do caso nesta quarta-feira (26) para decidir se fixará a quantidade da droga que deve caracterizar uso pessoal para diferenciar usuários e traficantes.

Pelos votos já proferidos, se o tribunal decidir pela fixação, a medida deve ficar entre 25 e 60 gramas ou seis plantas fêmeas de cannabis. Os ministros também poderão estabelecer uma quantia média que comtemple todos os votos. Dessa forma, a quantidade poderá ficar em torno de 40 gramas.

A tese final do julgamento também será definida na sessão de hoje. Com a decisão final, cerca de 6 mil processos que estavam suspensos e aguardavam a decisão do Supremo serão destravados.

Como fica

Com a descriminalização definida pelo STF, o porte continua como comportamento ilícito, ou seja, permanece proibido fumar maconha em público, mas as punições definidas contra os usuários passam a ter natureza administrativa e não criminal.

Dessa forma, deixa de valer a possibilidade de registro de reincidência penal e de cumprimento de prestação de serviços comunitários contra pessoas que forem flagradas portando maconha para uso próprio.

A decisão do STF não proíbe a revista de pessoas pela polícia durante patrulhamento ou operações.

Não é legalização

Durante a sessão dessa terça-feira (25), o presidente do Supremo, ministro Luís Roberto Barroso, ressaltou mais um vez que a Corte não está decidindo sobre a legalização da maconha e que o consumo permanece como conduta ilícita.

"Em nenhum momento estamos legalizando ou dizendo que o consumo de drogas é uma coisa positiva. Pelo contrário, estamos apenas deliberando a melhor forma de enfrentar essa epidemia que existe no Brasil e que as estratégias que temos adotado não estão funcionando porque o consumo só faz aumentar e o poder do tráfico também", afirmou.

Entenda

O Supremo julgou a constitucionalidade do Artigo 28 da Lei de Drogas (Lei 11.343/2006). Para diferenciar usuários e traficantes, a norma prevê penas alternativas de prestação de serviços à comunidade, advertência sobre os efeitos das drogas e comparecimento obrigatório a curso educativo.

A lei deixou de prever a pena de prisão, mas manteve a criminalização. Dessa forma, usuários de drogas ainda são alvos de inquérito policial e processos judiciais que buscam o cumprimento das penas alternativas.

A maioria dos ministros decidiu manter a validade da lei, mas entendeu que as punições previstas contra usuários não têm natureza criminal.

Edição: Graça Adjuto/ Agêncxia Brasil

O Debate

Bate Rebate

COMISSÃO DEBATE A EXCLUSÃO DE APOSENTADOS E DE PENSIONISTAS DA POLÍTICA DE REPOSIÇÃO SALARIAL DO GOVERNO

A Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados debate nesta quinta-feira (27) a exclusão de aposentados e pensionistas da política de reposição salarial do governo. O debate foi solicitado pelo deputado Glauber Braga (Psol-RJ).

O parlamentar explica que, após sete anos de congelamento salarial, os servidores públicos federais receberam, em 2023, reposição de 9%. Para 2024, acrescenta, a proposta é reajustar somente os benefícios, o que, segundo Glauber Braga, exclui os aposentados. "Os aposentados não recebem auxílio-creche, vale-alimentação e a maioria tampouco tem plano de saúde", destaca.

EM LISBOA, LIRA RESSALTA REFORMA TRIBUTÁRIA, EQUILÍBRIO FISCAL E PAUTA VERDE COMO MARCOS DA ATUAL LEGISLATURA

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), destacou a reforma tributária, as propostas que visam ao equilíbrio fiscal e a defesa da pauta verde como marcos da atual legislatura. Lira discursou no 12º Fórum Jurídico, em Lisboa, promovido pelo Instituto de Direito Público.

Ele reafirmou o compromisso dos deputados com o aumento da produtividade econômica e da redução da pobreza e da desigualdade, com responsabilidade fiscal e em favor do desenvolvimento sustentável. Lira citou ainda o papel do agronegócio, das exportações brasileiras, da indústria petrolífera e da busca pelo protagonismo na produção de energia limpa.

Reforma tributária

Sobre a reforma tributária, o parlamentar destacou que faz parte das reformas estruturantes que darão ao País competitividade no mercado internacional. A reforma foi aprovada no ano passado e agora precisa ser regulamentada."Está em fase de regulamentação uma ampla reformulação de nosso sistema tributário, para torná-lo mais justo, simples e eficiente. Fonte: Agência Câmara de Notícias.

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE FEIRINHA SÃO LUÍS É ADIADA

A audiência pública para tratar sobre a Feirinha São Luís, agendada para esta terça-feira (25), foi adiada devido à ausência de representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (Semapa) e da Secretaria Municipal de Cultura (Secult).

O vereador Ivaldo Rodrigues (PSB), que solicitou a realização da audiência, lamentou o não comparecimento das secretarias convidadas.

"É lamentável a ausência dos secretários. Precisamos fazer um debate amplo sobre a situação da feirinha. Amanhã, entraremos com pedido de urgência para a convocação dos secretários municipais de Cultura e Agricultura", informou Ivaldo Rodrigues.

Para Lula, Milei deve pedir desculpas ao Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta quarta-feira (26) que o presidente da Argentina, Javier Milei, tem que pedir desculpas ao Brasil. Para Lula, o presidente do país vizinho "falou muita bobagem" sobre ele e o Brasil. A Argentina é o principal parceiro comercial do Brasil na América do Sul, mas Lula e Milei ainda não se reuniram após a posse do argentino em dezembro do ano passado, quando o Brasil foi representado pelo chanceler Mauro Vieira.

"Eu não conversei com o presidente da Argentina porque eu acho que ele tem que pedir desculpas ao Brasil e a mim, ele falou muita bobagem. Eu só quero que ele peça desculpas. A Argentina é um país que eu gosto muito, é um país muito importante para o Brasil, o Brasil é muito importante para a Argentina, e não é um presidente da República que vai criar uma cizânia entre o Brasil e a Argentina", disse Lula em entrevista ao Portal Uol.

"O povo argentino e o povo brasileiro é maior do que os presidentes e eles querem viver bem, quer viver em paz. Então, se o presidente da República da Argentina governar a Argentina já está de bom tamanho, não tem que governar o mundo", acrescentou Lula.

Javier Milei, autodenominado "anarcocapitalista", foi eleito presidente em uma coligação conservadora e se coloca como representante de um liberalismo extremo. Durante a campanha eleitoral, criticou abertamente o presidente Lula e ameaçou cortar relações com o Brasil.

As relações continuam de pé. Em abril, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, recebeu a chanceler argentina, Diana Mondino, em sua primeira visita oficial a Brasília desde a posse de Milei. Durante o encontro, eles discutiram temas como a infraestrutura física fronteiriça, cooperação em energia e defesa, melhoria da Hidrovia Paraguai-Paraná e fortalecimento do Mercosul e dos processos de integração regional.

Foragidos 8/1

Outro tema que está na mesa das autoridades dos dois países são os foragidos de 8 de janeiro. Na semana passada, o Itamaraty recebeu do governo da Argentina uma lista com nomes de brasileiros que cumpriam medidas cautelares por participação nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, em Brasília, e estão foragidos no país vizinho. O documento foi encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF) que foi quem solicitou ao Itamaraty que fizesse a consulta ao governo argentino.

Lula defende que, aqueles que já estiverem condenados, sejam extraditados ou cumpram a pena na Argentina. Segundo o presidente, o tema está sendo tratado "da forma mais diplomática possível".

"Dos que estão lá, eu não sei o número, cerca de 60 pessoas, você tem uma parte já condenada. Essa parte, tanto o meu ministro [da Justiça, Ricardo] Lewandowski, quanto o Andrei [Passos, diretor] da Polícia Federal e mais o Mauro Vieira, do Itamaraty, estão discutindo para ver o seguinte: se esses caras não quiserem vir, que eles sejam presos lá e fiquem presos na Argentina. Se não, venham para cá", disse.

Os trâmites para uma eventual extradição para o Brasil dependem de pedido formal pelo Judiciário e são de responsabilidade do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Edição: Valéria Aguiar/Agência brasil

Governador Brandão sanciona lei que cria a Corregedoria Geral do Foro Extrajudicial

O desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos, que será o primeiro corregedor do Extrajudicial, afirmou que a população do Estado será a maior beneficiada com essa ampliação, que garante uma estrutura dedicada, exclusivamente, para atender e solucionar essas demandas. "Até agora tínhamos apenas um setor dentro de um órgão cuidando do Extrajudicial. Com a chegada desta Corregedoria vamos ampliar e melhorar o alcance do nosso trabalho em todas as regiões do Maranhão", avaliou.

O governador Carlos Brandão exaltou a iniciativa do Judiciário maranhense em buscar o aprimoramento de sua estrutura, que colabora com o fortalecimento de ações de interesse social desenvolvidas pelo TJ em parceria com o Governo do Maranhão, a exemplo de iniciativas como o combate ao sub-registro civil e a regularização fundiária. "Estou muito feliz em contribuir com essa importante mudança, que considero extremamente positiva", finalizou.

APOIO DOS ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS

Por meio de Ofício, representantes da Associação dos Notários e Registradores do Maranhão (ANOREG/MA), da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Maranhão (ARPEN/MA), do Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – Seção Maranhão (IEPTB/MA), da Associação dos Titulares de Cartório do Maranhão (ATC/MA), do Colégio Notarial do Brasil - Seção Maranhão (CNB/MA), do Instituto de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas do Estado do Maranhão (IRTD-PJ/MA), representando todos os Notários e Registradores do Maranhão, manifestaram apoio à criação da Corregedoria Geral exclusiva para as Serventias Extrajudiciais, avaliando que implicará em benefícios em Justiça Social, Combate ao Sub-registro, Regularização Urbana e Fundiária para toda População Maranhense.

O documento ressalta que a medida representa um "passo crucial para o crescimento e aprimoramento da atividade extrajudicial em nosso estado, bem como para a garantia da efetividade da fiscalização exercida pelo Poder Judiciário Maranhense, com incremento e melhoria na prestação jurisdicional". "Acreditamos que a criação de uma Corregedoria específica trará benefícios imensuráveis para toda a sociedade, especialmente para os cidadãos que dependem dos serviços notariais e registrais", pontua.

Fonte: TJ/MA, Foto: Ribamar Pinheiro

Balsas, Chapadinhas e Apicum receberão novas policlínicas

No total, 55 policlínicas serão instaladas em 24 estados, beneficiando mais de 19 milhões de pessoas.

Com um investimento de R$ 1,65 bilhão do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), o Ministério da Saúde vai construir 55 policlínicas em 24 estados, o que beneficiará 19 milhões de pessoas. Três municípios do Maranhão estão entre os beneficiados com novas e modernas unidades de saúde: Balsas, Chapadinhas e Apicum-Açu. Segundo Henrique Chaves, diretor de programa da Secretaria Executiva (SE) da pasta, "Esta é a primeira vez que policlínicas serão construídas com recursos federais. O valor médio por unidade chegará a R$ 30 milhões entre obras, equipamentos e mobiliário".

Com o novo projeto, as policlínicas se tornarão um centro integrado de cuidado e resolução que contemplará núcleos de atenção integral ao homem, mulher, crianças e outros públicos que requerem acompanhamento especial. Espaços de reabilitação para pacientes com sequelas de Acidente Vascular Cerebral (AVC) e doenças respiratórias também estão no projeto.

Segundo Mirela Pessatti, arquiteta responsável pela planta, a proposta é que os espaços sejam um centro de integração que concentre todos os procedimentos em um único local, possibilitando que o paciente otimize seu tempo e alcance melhores resultados no tratamento. "Com isso, desafogamos outros pontos de atenção como os hospitais, otimizamos tempo e salvamos mais vidas, agindo em tempo oportuno", explica Mirela.

As policlínicas fazem parte do Programa Mais Acesso a Especialistas, que tem como ponto de partida a necessidade de tornar o acesso do paciente, aos exames especializados e às consultas, o mais rápido possível e com menos burocracia, a partir do encaminhamento realizado pela Equipe de Saúde da Família (ESF).

Serão oferecidos ainda nas novas unidades a realização de exames gráficos e de imagem como ressonância magnética, tomografia e eletrocardiograma; consulta clínica de apoio ao diagnóstico com médicos de diversas especialidades como angiologia, cardiologia, oftalmologia e neurologia; e pequenos procedimentos como vasectomia, cauterização e biópsias em centro cirúrgico de baixa complexidade.

Junto aos serviços baseados em núcleos de atenção integral à saúde, as unidades serão espaços de formação, qualificação e fixação dos profissionais de saúde. Também, a partir da tecnologia da informação e da regulação interna, serão pontos de apoio à inteligência sanitária nos territórios.

Sustentabilidade e tecnologia

Grandes aliadas do meio ambiente, as policlínicas foram projetadas seguindo parâmetros de sustentabilidade como ventilação e iluminação natural no máximo de ambientes possíveis, método de uso e reuso de água, captação de energia solar, além de priorizar o uso de materiais com pouca necessidade de manutenção, reparos e substituições

Todos os consultórios e espaços de exames possuem instalações de dados e lógica para implementação da telessaúde. Assim como as "ilhas" multiprofissionais localizadas nos núcleos de cuidado. Terão ainda espaço específico para a tecnologia da informação, com a instalação dos racks de informática e sala dedicada a equipe da saúde digital.

Fonte: Ministério da Saúde

SSP realizará simulação de assalto a banco em encerramento de curso de capacitação das forças de segurança do Maranhão

São José de Ribamar, na Região Metropolitana de São Luís, será o cenário de uma simulação de assalto a instituição financeira, promovida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), nesta sexta-feira (28), às 12h. A agência do Banco do Brasil, localizada na Avenida Principal do município, será o alvo do treinamento que terá duração de cerca de 30 minutos.

Durante a simulação, a via onde está situada a agência bancária ficará interditada para garantir que toda a ação, que utilizará de grande aparato de segurança, entre armamentos e viaturas, aconteça sem qualquer intercorrência. Agentes da Guarda Municipal e da Secretaria Municipal de Transporte Coletivo, Trânsito e Defesa Social (Semtrans), da Prefeitura de São José de Ribamar, darão apoio logístico.

A atividade faz parte do encerramento da 1ª edição do Curso do Plano de Gestão de Crise de Segurança nas Cidades, promovido pelo Governo do Maranhão em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), que tem por objetivo a gestão de ocorrências de grande complexidade no Maranhão.

O curso, iniciado na segunda-feira (24), reúne 60 participantes, incluindo policiais militares do Batalhão de Operações Especiais (Bope), do Batalhão do Choque (BPChoque), da Polícia Rodoviária Estadual (PRE) e do Centro Tático Aéreo (CTA).

Além desses, participam também integrantes do Corpo de Bombeiros, delegados e investigadores da Polícia Civil, membros do Departamento de Roubo a Instituições Financeiras da Superintendência de Investigações Criminais (Seic), policiais dos serviços de Inteligência, promotores estaduais, policiais penais e federais, servidores do Banco do Brasil e de empresas que atuam com transporte de valores.

Extratos bancários terão nomes padronizados a partir de 8 de julho

Inicialmente, medida abrange operações de depósito e saques.

Foto: divulgação

Bancos associados à Federação Brasileira de Bancos (Febraban) irão padronizar as nomenclaturas dos extratos bancários a partir de 8 de julho. Inicialmente, a medida incluirá as várias denominações existentes para as operações de saque e depósito. Posteriormente, a Febraban planeja incluir outras operações financeir

A meta principal da padronização dos nomes dos serviços é melhorar a compreensão das informações aos clientes. O diretor-adjunto de Serviços da Febraban, Walter Faria, destaca que a medida deve ajudar, principalmente, pessoas que precisam acessar contas bancárias de mais de uma instituição financeira. "A iniciativa vai universalizar as informações, trazendo mais compreensão ao cliente sobre a operação que ele realizou, além de ampliar o acesso da população aos serviços bancários", opinou.

Diferenças

Atualmente, os bancos usam mais de quatro mil tipos de nomenclaturas diferentes em suas operações, o que pode gerar diferenças entre os bancos para um mesmo tipo de operação financeira.

Entre os termos que aparecem nos extratos bancários estão o depósito de dinheiro em espécie no correspondente bancário, depósito em cheque nos caixas eletrônicos e saque de dinheiro em espécie no caixa convencional dentro da agência com cartão da conta.

A consulta às novas nomenclaturas poderá ser feita no site da Febraban.

Edição: Kleber Sampaio/ Agência Brasil

Governo do Maranhão abre a 11ª Feira do Empreendedor, assina termo de cessão de imóvel e visita obras da Inpasa Brasil

A agenda municipalista do Governo do Maranhão chega a Balsas nesta quinta-feira (27) e na sexta-feira (28). O governador Carlos Brandão participa da abertura da 11ª Feira do Empreendedor, assina termo de cessão de imóvel para o Sebrae e visita as obras da unidade da Inpasa Brasil.

A agenda municipalista do Governo do Maranhão começa na quinta-feira (27), em Balsas. Às 19h, o governador Carlos Brandão participa da abertura da 11ª edição da Feira do Empreendedor, na área do Ginásio de Esportes Rei Pelé.

A feira é uma realização do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Maranhão (Sebrae/MA), com patrocínio do Governo do Estado.

Durante a solenidade o governador Carlos Brandão assinará termo de cessão de uso do imóvel do antigo Centro de Ensino José Pereira de Sousa onde funcionarão as instalações da unidade regional do Sebrae em Balsas para fortalecimento do empreendedorismo na cidade.

Após a cerimônia o governador Carlos Brandão visitará os estandes do Armazém do Empreendedor e os espaços institucionais da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio (Seinc) e da Secretaria de Estado do Turismo (Setur) onde estarão disponíveis diversos serviços para os visitantes da feira.

Sexta-feira

Já na sexta-feira (28), a partir das 8h, o governador Carlos Brandão visita as obras de construção da unidade da Inpasa Brasil no município. A empresa líder em transformação de cereais em energias limpas e renováveis na América Latina está implantando sua quinta unidade no Brasil.

Somente com a implantação da empresa em Balsas estão previstos 2.500 empregos e mais 1.200 ao entrar em funcionamento. O lançamento da pedra fundamental das obras aconteceu em outubro do ano passado.

SERVIÇO

Quinta-feira (27)

O quê: Abertura da 11ª Feira do Empreendedor de Balsas.

Quando: Quinta-feira (27), às 19h.

Onde: Ginásio de Esportes Rei Pelé, Balsas.

Sexta-feira (28)

O quê: Visita às obras de construção da unidade da Inpasa Brasil.

Quando: Sexta-feira (28), às 8h.

Onde: Rodovia BR-230, KM 20, Zona Rural de Balsas.

Associação Brasileira de Cirurgia Plástica realiza evento em São Luís (MA) para conscientizar sobre o lipedema e oferecer mais qualidade de vida

O BAPS Lipedema Day acontece no próximo dia 29 de junho e reúne especialistas para educar a população sobre o tema.

A Associação Brasileira de Cirurgia Plástica (BAPS), em parceria com a Dra. Juliana Tenório, cirurgiã plástica especialista em lipedema, promove a segunda edição do BAPS Lipedema Day no dia 29 de junho. O evento visa aumentar a conscientização sobre o lipedema, uma doença crônica que afeta principalmente mulheres e se caracteriza pelo acúmulo anormal de gordura nos braços e pernas.

O BAPS Lipedema Day contará com a mediação do cirurgião plástico Dr Alberto Miranda. Entre as atividades programadas estão bate-papo, rodas de conversa e aulas de bike indoor ou treinamento funcional. Além disso, haverá orientação para a população sobre como obter cobertura de tratamento pelos planos de saúde, que frequentemente não incluem essa condição.

"A ideia do BAPS Lipedema Day surgiu da necessidade de divulgar o lipedema de forma prática e dinâmica para a população", explica a Dra. Juliana Tenório. "Queremos mostrar que um estilo de vida saudável traz diversos benefícios físicos e mentais, especialmente para mulheres, que são o principal público afetado pela doença."

O evento também tem como objetivo quebrar alguns estigmas, como a crença de que pessoas com lipedema não podem fazer atividades físicas. Ao contrário do senso comum, a Dra. Juliana Tenório recomenda atividades como caminhada, yoga, natação, hidroginástica e treino de resistência. Esses exercícios são benéficos para melhorar a circulação, a mobilidade e o bem-estar geral dos pacientes.

A prática de exercícios físicos é essencial no tratamento do lipedema. Associar atividades físicas adequadas ao tratamento clínico pode melhorar significativamente a qualidade de vida dos pacientes. Com a orientação correta de profissionais capacitados, é possível manter um estilo de vida ativo e saudável, aliviando os sintomas do lipedema.

Além disso, a ação reforça o papel crucial do cirurgião plástico no tratamento do lipedema, desde o diagnóstico até o acompanhamento pós-cirúrgico. Desta forma, a BAPS lançará uma cartilha de conscientização para ajudar a população a reconhecer a doença e entender como conseguir o tratamento adequado.

BAPS Lipedema Day

Data: 29/06/2024

Horário: 08h às 11h

Local: Academia Personal Group (Avenida Dr. Jackson Kepler Lago, N 01 - Qd 09, Loja 05, Bairro Península Ponta Dareia)

MPF inspeciona presídio de Pedrinhas (MA) e participa de reunião do Conselho de Política Criminal e Penitenciária

O PFDC, Nicolao Dino, em reunião do Conselho de Política Criminal e Penitenciária no TJMA, no dia 25/06/2024. Foto: Thayná Freire.

O Ministério Público Federal (MPF) realizou inspeção na penitenciária de Pedrinhas, em São Luís (MA), nesta segunda-feira (24), em conjunto com outros órgãos do sistema de execução penal, para avaliar as condições das instalações e serviços do complexo penitenciário. Já na manhã desta terça-feira (25), o MPF participou da 506ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), realizada na sede do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

O procurador Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), Nicolao Dino, representou o MPF em ambas as ocasiões. Também participou das atividades a procuradora da República Thayná Freire, que atua na Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional (7ª CCR) no Maranhão e representa o MPF no Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão (Copen/MA).

Sobre a situação carcerária do país, Nicolao Dino avaliou que o Estado brasileiro tem uma dívida histórica em relação à garantia de dignidade das pessoas que estão submetidas a cárceres. "É dever do Estado garantir que essas pessoas, que estão sob sua responsabilidade, tenham um atendimento digno no cumprimento das suas sansões penais". Além disso, o procurador destacou que é fundamental o diálogo com a sociedade civil e, principalmente, com entidades que atuam na área de direitos humanos, a partir do olhar das diversas instituições e dos peticionados, que trouxeram as demandas sobre as condições das unidades prisionais do Maranhão.

Durante a reunião no TJMA, foi feita uma avaliação da inspeção ao presídio e também foram discutidas as recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), com a participação de representantes de entidades de direitos humanos e da sociedade civil.

Na ocasião, o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida, propôs um acordo que envolva o MPF, o MJSP e o CNPCP para aumentar a fiscalização sobre presídios brasileiros denunciados em cortes internacionais. A proposta é criar uma cooperação intersetorial com o objetivo de monitorar unidade prisionais que estejam sob medidas cautelares da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), como é o caso do Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Também participaram do evento a secretária executiva do MDHC, Rita Oliveira, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Froz Sobrinho, o presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), juiz Douglas de Melo Martins, entre outras autoridades. Fonte: Assessoria de Comunicação/ Ministério Público Federal Procuradoria da República no Estado do Maranhão

Instituto Euvaldo Lodi (IEL-MA) realiza 9ª Ação Empreendedora

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL-MA) realizou na sede da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) a 9ª edição da Ação Empreendedora. Esse é um momento em que os aprendizes apresentam projetos de melhoria para as empresas nas quais realizaram a aprendizagem. As melhores propostas podem ser adotadas e colocadas em prática no ambiente corporativo.

Os alunos demonstraram em suas apresentações situações referentes às criações e reformulações das empresas, buscando sempre a proposição de melhorias singulares, levando em consideração o contexto em que as empresas estão inseridas. Daniel Diniz, aprendiz do Hospital do Servidor (HSE), percebeu que não havia um sistema de aproximação da comunicação interna e externa. Foi então que resolveu desenvolver um site.

"Nossa ideia principal era aproximar o hospital dos seus colaboradores com a comunicação interna, mas que no desenvolvimento decidimos também fazer com o externo, para nos aproximarmos dos pacientes. Então criamos um visual diferente. Fizemos várias reuniões para melhorar nossa apresentação e mostramos para as outras equipes o dashboard para termos nosso projeto bem-feito, e documentamos tudo. O nosso professor do IEL nos ajudou muito e foi importante para conseguirmos concluir do jeito que queríamos", declarou Daniel, aprendiz no HSE.

Essa atividade é sempre proposta aos estudantes para conclusão do período de aprendizagem. O consultor de mercado do IEL-MA, Diego Araújo, destacou que esse momento tem como objetivo desenvolver nos aprendizes habilidades sociais diferenciadas e, principalmente, para que eles tenham uma visão sobre resolução de problemas.

"A conclusão da 9ª edição da Ação Empreendedora é um momento no qual as empresas podem ver realmente o amadurecimento de seus aprendizes, pois eles colocam aqui o que de fato precisa ser melhorado. Coisas que muitas vezes podem passar despercebido no dia a dia das organizações, mas que eles – que estão mais ligados a tecnologias - percebem. E tudo isso mostra como é importante esse tipo de atividade para instigar a criatividade e a forma deles resolverem futuramente problemas internos ou no local de trabalho", destacou Diego Araújo.

O Programa Jovem Aprendiz do IEL-MA é reconhecido pelos colaboradores das empresas participantes. "Esse programa do IEL tem contribuído no HSE por mais de um ano e trouxe realmente jovens diferenciados, com muitas ideias e formas de ver o mundo que agrega valor nos setores da organização, fazendo com que tenhamos um crescimento por onde eles passam. Alguns chegam um pouco mais tímidos, claro, mas todos fizerem uma grande diferença, assim como todos que o IEL costuma selecionar para a gente em turmas anteriores também", reconheceu Letícia Sales, enfermeira de controle de infecções do HSE. Fonte: Coordenadoria de Comunicação e Eventos do Sistema FIEMA

Economia 7

Lula descarta desvinculação de aposentadoria do salário mínimo

Aumentar piso salarial não é gasto, e sim investimento, diz presidente.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva descartou, nesta quarta-feira (26), a desvinculação do piso das aposentadorias do salário mínimo.

Em entrevista ao Portal Uol, o presidente afirmou também que não vai mexer na política de valorização do salário mínimo. "Eu não considero isso gasto", disse Lula sobre o aumento dos salários.

"A palavra salário mínimo é o mínimo do mínimo que uma pessoa precisa para sobreviver. Se eu acho que eu vou resolver o problema da economia brasileira apertando o mínimo do mínimo, eu estou desgraçado, eu não vou para o céu, eu ficaria no purgatório", argumentou o presidente na entrevista.

"Preciso garantir que todas as pessoas tenham condições de viver dignamente. Por isso, nós temos que tentar repartir o pão de cada dia em igualdade de condições. Você acha que eu quero que empresário dê prejuízo? Eu não sou doido! Porque, se ele der prejuízo, eu vou perder meu emprego. Eu quero que o empresário tenha lucro, mas eu quero que ele tenha a cabeça, como teve o Henry Ford, quando disse: 'eu quero que meus trabalhadores ganhem bem para eles poderem comprar os produtos que eles fabricam'. Se essa filosofia predominasse na cabeça de todo mundo, este país estava maravilhoso", acrescentou Lula.

Henry Ford (1863-1947) foi um empresário norte-americano, fundador da companhia automobilística Ford.

Em audiência pública no Congresso Nacional, neste mês, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse que o governo está revisando os gastos e que a discussão está sendo feita apenas internamente. A equipe econômica estuda a possibilidade de "modernizar" as vinculações de benefícios trabalhistas e previdenciários, não relacionados à aposentadoria, como o benefício de prestação continuada (BPC), o abono salarial e o seguro-desemprego.

Durante a entrevista desta quarta-feira (26), Lula também afirmou que a política de valorização do salário mínimo será mantida enquanto for presidente da República.

*Texto ampliado às 14h03. Edição: Nádia Franco/Agência Brasil

Prévia da inflação oficial fica em 0,39% em junho

IPCA-15 acumula inflação de 1,04% no ano

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) - que mede a prévia da inflação oficial no país - ficou em 0,39% em junho deste ano. A taxa é menor que a observada em maio (0,44%), mas superior ao percentual de junho de 2023: 0,04%. A informação foi divulgada nesta quarta-feira (26), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado, o IPCA-15 acumula inflação de 1,04% no ano. Em 12 meses, a taxa é de 4,06%, acima dos 3,70% da prévia de maio.

Maior impacto

Em junho, o grupo de despesas alimentação e bebidas foi o que teve o maior impacto no IPCA-15, com inflação de 0,98%. Os itens que mais contribuíram para a alta de preços foram batata inglesa (24,18%), leite longa vida (8,84%), arroz (4,20%) e tomate (6,32%).

Também apresentaram altas de preços os grupos de despesa habitação (0,63%), saúde e cuidados pessoais (0,57%), vestuário (0,30%), despesas pessoais (0,25%), comunicação (0,17%) e educação (0,05%).

Dois grupos de despesa tiveram deflação (recuo de preços): artigos de residência (-0,01%) e transportes (-0,23%). Neste último, os itens que mais contribuíram para a queda foram passagem aérea (-9,87%), etanol (-0,80%), gás veicular (-0,46%), óleo diesel (-0,42%) e gasolina (-0,13%).

Edição: Kleber Sampaio/ Agência Brasi

Desafios dos conselhos fiscais no Brasil

Por Ivam Peleias e Levi Santos

De funcionamento facultativo na maioria das companhias, mas permanente nas empresas estatais, os conselhos fiscais têm em comum a presença obrigatória nas sociedades por ações e, em alguns casos, uma atuação tímida diante das possibilidades que a Lei 6.404/76 (Lei das S/A) lhes permite.

No entanto, em momentos de crise e destruição de valor das companhias, seus membros são chamados à responsabilidade e ficam sujeitos à responsabilização civil e criminal, como tem ocorrido no caso Americanas.

Por isso, o correto entendimento de suas funções, atribuições, poderes e responsabilidades é fundamental para que aqueles que atuam como fiscais nas sociedades por ações possam contribuir na geração de valor para os acionistas, bem como na perenização e institucionalização das companhias brasileiras.

O conselho fiscal é órgão da companhia especificamente destinado à fiscalização da administração, cujas competências e previsão legal constam no artigo 163 da Lei das S/A. Vale ressaltar que o conselho fiscal atua de forma independente e não integra os órgãos da administração das companhias, mas é órgão da estrutura de governança que se reporta diretamente aos acionistas e se dedica exclusivamente à fiscalização e ao controle dos atos dos administradores.

As suas competências estão expostas exemplificativamente no art. 163 da Lei das S/A. Os estatutos das companhias podem acrescentar competências desde que estas não invadam a competência de outros órgãos sociais.

Dentre as competências legalmente estabelecidas destacam-se: (i) a fiscalização do cumprimento dos deveres legais e estatutários dos administradores; (ii) emissão de opinião acerca do relatório anual da administração e propostas da administração, (iii) exame das demonstrações financeiras anuais e balancetes, (iv) denúncia de fraudes e crimes e (v) convocação de assembleia geral diante de motivos graves ou urgentes caso a administração não o faça no prazo de um mês.

A leitura atenta do parágrafo anterior revela que as competências do conselho fiscal não estão restritas à revisão e opinião sobre as demonstrações financeiras das companhias. O órgão tem competência para supervisionar a administração da companhia como um todo e se reportar diretamente aos acionistas por meio de pareceres ou até mesmo pela convocação da assembleia geral.

É importante frisar que a fiscalização (art. 161, I), a denúncia (art. 161, IV) e a solicitação de esclarecimentos e informações aos órgãos de administração (art. 161, § 2º) podem ser realizadas por qualquer um de seus membros. Assim, os membros do conselho fiscal podem atuar de maneira colegiada e individual, de forma a garantir a efetividade de seus deveres.

Também é importante notar que, conforme prevê o artigo 165 da Lei das S/A, os membros do conselho fiscal conselho fiscal têm os mesmos deveres dos administradores e respondem pelos danos resultantes de omissão no cumprimento de seus deveres e de atos praticados com culpa ou dolo, ou com violação da lei ou do estatuto.

Apesar da extensa competência que é legalmente dada aos conselhos fiscais, sua atuação em muitas companhias ainda é formal e pouco ativa.

As razões para isso são muitas. Cita-se, por exemplo, (i) calendário restrito com pouquíssimas reuniões durante os exercícios sociais (em geral, trimestrais), (ii) ausência de pauta de fiscalização prévia e bem definida, (iii) pouco ou nenhum acesso à informação que permite apenas um olhar para o passado (visão de "retrovisor"), sem capacidade de avaliar o presente e indagar sobre o futuro, (iv) falta de interesse de membros e (v) e até mesmo o oportunismo de acionistas de véspera que tentam se eleger apenas para ter remuneração fixa.

Com isso, em muitos casos, os conselhos fiscais tornam-se puramente burocráticos, cujas funções se restringem a emitir opiniões vagas e formais estritamente quando exigido por lei, deixando de lado seu objetivo de fiscalizar e controlar ativamente, evitando-se fraudes ou más práticas que possam afetar o valor das companhias ou até mesmo a sua existência.

Diante desses cenários e de casos que afetam todo o mercado brasileiro, nos parece essencial resgatar a importância dos conselhos fiscais e de sua atuação diligente e saudável.

Para tanto, é importante que os fiscais tenham: (i) livre acesso à informação, de forma a serem capazes ter visão total sobre a administração da companhia, (ii) calendário de reuniões compatível com a complexidade da companhia, com pelo menos uma reunião mensal, (iii) interlocução com a administração, inclusive mediante reunião com administradores chave, (iv) capacidade e recursos para avaliação dos aspectos patrimoniais, financeiros, operacionais, regulatórios e estratégicos da companhias e (v) consciência das suas competências e responsabilidades.

Por fim, também é essencial o compromisso também dos acionistas e administradores, tanto na eleição de membros qualificados para atuarem como fiscais, quanto na facilitação no acesso as informações.

Ao contrário do que se pode pensar, a atuação diligente do conselho fiscal nas companhias, especialmente nas abertas, contribui para a manutenção da transparência, da gestão eficaz das companhias e na criação de valor para acionistas, stakeholders, e a sociedade, maior interessada na perenidade sustentável das companhias.

Os autores:

Ivam Ricardo Peleias - Professor dos Mestrados em Administração e Ciências Contábeis da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP). Contador, conselheiro fiscal, assessor de Conselhos Fiscais de cooperativas de trabalho médico. Sócio da Irpe – Perícia e Consultoria Contábil.

Sobre a FECAP

A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) é referência nacional em Educação na área de negócios desde 1902. A Instituição proporciona formação de alta qualidade no Ensino Médio (técnico, pleno e bilíngue), Graduação, Pós-graduação, MBA, Mestrado, Extensão e cursos corporativos e livres. Diversos indicadores de desempenho comprovam a qualidade do ensino da FECAP: nota 5 (máxima) no ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) e no Guia da Faculdade Estadão Quero Educação 2021, e o reconhecimento como melhor centro universitário do Estado de São Paulo segundo o Índice Geral de Cursos (IGC), do Ministério da Educação. Em âmbito nacional, considerando todos os tipos de Instituição de Ensino Superior do País, a FECAP está entre as 5,7% IES cadastradas no MEC com nota máxima.

Últimas

Está chegando a temporada de Baleias Jubartes em Prado: Prepare-se para um espetáculo natural inesquecível

A Temporada de Baleias Jubartes em Prado está se aproximando, e com ela vem a expectativa de um dos espetáculos naturais mais impressionantes que se pode vivenciar. Entre julho e novembro, as praias de Prado, localizadas na Costa das Baleias, na Bahia, se transformam no cenário perfeito para a observação desses gigantes gentis do mar.

Durante esse período, as jubartes migram das águas polares para as águas quentes do Oceano Atlântico brasileiro para acasalar e dar à luz. Prado, conhecida como um dos melhores pontos de observação do mundo, atrai milhares de turistas todos os anos, ansiosos por testemunhar as baleias em seu habitat natural. Os passeios saindo de Prado, Cumuruxatiba e Corumbau oferecem uma oportunidade única de ver essas criaturas majestosas de perto.

As baleias jubarte, que podem medir entre 12 a 16 metros e pesar até 40 toneladas, são conhecidas por suas acrobacias impressionantes. É comum vê-las arremessando seus enormes corpos para fora da água ou nadando com a cauda exposta, proporcionando um espetáculo inesquecível para os observadores.

Para aqueles que desejam vivenciar essa experiência única, a Pousada Casa de Maria (www.pousadacasademaria.com.br) está preparada para recebê-los com conforto e qualidade. Com uma infraestrutura de excelência e parcerias com empresas que realizam os passeios de observação, a pousada garante uma estadia inesquecível durante a temporada de baleias jubartes em Prado.

Prepare-se para se encantar com a beleza e a grandiosidade das jubartes e aproveite a temporada para explorar a rica diversidade natural e cultural que a Costa das Baleias tem a oferecer.

Fonte: Komunic Comunicação Integrada.

O Sr. Gauber Gomes Silva, CPF 001.241.491-38 e R.G. n.º 3452115 SPTC – GO, torna público, que requereu à Secretaria de Municipal do Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – SEMA-MA, em 22/03/2024, a emissão da Licença de Única Ambiental de Regularização - LUAR, por meio do protocolo do requerimento SIGLA nº 240300123663 e a abertura do e-processo nº 123663/2024, referente à autorização para: "Atividade de Agricultura de ciclo curto " a ser executada na propriedade rural denominada FAZENDA SÃO JOÃO, localizada pelas coordenadas Lat. 04°37'31,73" S long. 47°11'34,33" W. Situada na zona Rural do Município de Açailândia – MA.

Governo Federal apresenta novos modelos de ônibus escolares

Veículos do Programa Caminho da Escola foram adquiridos com investimento de mais de R$ 73.6 milhões previstos no Novo PAC.

O Governo Federal realiza nesta quarta-feira, 26 de junho, uma ação de apresentação dos novos modelos de ônibus do Programa Caminho da Escola, no âmbito do Novo Plano de Aceleração do Crescimento (Novo PAC). Com a exposição de 162 veículos, os ônibus estarão disponíveis para visualização da população ao longo do dia na Esplanada dos Ministérios, em frente ao MEC. A solenidade de apresentação dos veículos ocorrerá às 16h (de Brasília), em frente ao Palácio do Planalto.

O evento contará com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do ministro Camilo Santana (Educação) e da presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Fernanda Pacobahyba, além de parlamentares, gestores da educação e representantes da sociedade civil.

Na ocasião, serão apresentados os modelos ORE Zero, ORE 1, ORE 2, ORE 3 e ONUREA Piso Alto. Para aquisição desses mais de 160 veículos, foram investidos mais de R$ 73.6 milhões. Os veículos são de última geração e apresentam 29 mudanças, entre elas: poltronas acessíveis, entradas USB para uso dos estudantes, ar-condicionado, Wi-Fi, rastreamento do veículo, entre outros.

MODELOS – São sete modelos de veículos escolares disponíveis, sendo cinco tipos de Ônibus Escolar Rural (ORE) e dois tipos de Ônibus Urbano Escolar Acessível (ONUREA), sendo eles:

- ORE Zero 4x4 Mecânico
- ORE 1 (Mecânico e Automático)
- ORE 1 4x4 (Mecânico e Automático)
- ORE 2
- ORE 3
- ONUREA Piso Baixo (Mecânico e Automático)
- ONUREA Piso Alto Mecânico

DIFERENCIAIS - Foram implementadas 29 melhorias nos veículos escolares, todas amplamente discutidas e acordadas com os fornecedores em reuniões técnicas e na audiência pública realizadas em 2023. São elas:

1. Alteração do Protetor de Cárter
2. Alteração nos parâmetros de pintura
3. Melhoria e padronização das adesivagens
4. Alteração na altura do lacre da porta de emergência
5. Alteração e estabelecimento de procedimentos para impedir movimentação do veículo com portas abertas
6. Estabelecimento de teste de segurança para verificação de pressão antiesmagamento da porta
7. Exclusão de Pega-mão
8. Melhoria das condições de iluminação interna e externa do veículo
9. Alteração do assoalho do veículo para material antiderrapante
10. Alteração de sistemática de proteção de fiação do Dispositivo de Poltrona Móvel (DPM).

Fonte: Secretária de Comunicação Social da Presidência da República

Juntos Pela Saúde anuncia projetos selecionados em edital de fortalecimento da saúde pública no Norte e Nordeste em 50 municípios incluindo o Maranhão

O edital Atenção Primária à Saúde no Norte e Nordeste divulgou esta manhã os cinco projetos selecionados para o aporte de até 20 milhões de reais em iniciativas de fortalecimento da saúde pública nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. O edital integra o Juntos pela Saúde e é uma iniciativa do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) com gestão do IDIS (Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social) em parceria com a Umane, associação civil, independente, isenta e sem fins lucrativos que apoia iniciativas no âmbito da saúde pública.

No total, 50 municípios serão beneficiados nos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Roraima e Sergipe.

O edital contou com mais de 40 propostas de projetos, dos quais 10 foram classificados para a apresentação oral e cinco selecionados para receber o recurso.

A seleção foi realizada por um comitê de validação, composto por profissionais das instituições apoiadoras. Após apresentação oral dos proponentes, os selecionados foram:

- SUS na floresta - Fundação Amazônia Sustentável (FAS)
- Noharm: inteligência para a segurança dos pacientes - Instituto de inteligência artificial na saúde
- Unidos pela erradicação do câncer de colo do útero no Brasil - Grupo Mulheres do Brasil
- Tecendo linhas do cuidado integral à saúde na Amazônia - Centro de apoio à Faculdade de Saúde Pública da USP
- epCertify com linha de cuidado HIPERDIA - Instituto epHealth

O Juntos pela Saúde está estruturado sob a lógica de match-funding ou seja a cada 1 real doado por outras organizações, o BNDES colocará mais 1 real, dobrando o valor investido e potencializando o impacto das ações desenvolvidas, reunindo recursos para apoiar e fortalecer o acesso à saúde da Atenção Primária à Saúde nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. A iniciativa propõe, por meio do apoio à organização das Redes de Atenção à Saúde (RAS) e das linhas de cuidado prioritárias, priorizar ações de inovação, tecnologia e saúde digital. De acordo com o Ministério da Saúde, a Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de atenção em saúde e se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades.